

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa discutiu intensivamente na tarde desta quarta-feira (07/12) o PL 1992/2007, que acaba com o Regime Jurídico Único para a aposentadoria dos servidores públicos, criando um fundo de previdência complementar para o funcionalismo federal. Se aprovado, o projeto vai limitar o valor dos benefícios dos servidores ao teto pago pelo Regime Geral de Previdência Social, que hoje é de R\$ 3.691,74. Para conseguir qualquer quantia acima desse montante, o funcionário deverá aderir à Fundação da Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), que será gerida por uma instituição financeira. O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, veio à Câmara participar da Comissão Geral e aqui repetiu a mesma cantilena – comprovadamente falsa - de que a previdência brasileira é deficitária. Disse que o pagamento das 960 mil aposentadorias de servidores federais vai gerar um déficit público de R\$ 51 bilhões em 2011. Não sabemos de onde o ministro tirou este número, já que todos os dados divulgados pelo próprio governo e a Receita Federal mostram que a Seguridade Social brasileira é superavitária. No último ano, rendeu aos cofres públicos R\$ 58 bilhões. A procuradora da República em São Paulo Zélia Luiza Perdoná, que também participou da Comissão Geral, afirmou exatamente isso: que o sistema atual não é deficitário, e que as contas públicas precisam ser reorganizadas antes de qualquer alteração na Previdência. Vale lembrar que, todos os anos, cerca de R\$ 45 bilhões de contribuições para a Saúde, a Assistência Social e a Previdência são desviados da Seguridade Social pela Desvinculação de Receitas da União (DRU), que o governo recentemente conseguiu prorrogar por mais quadro anos. Num discurso caridoso, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, afirmou que a mudança, que acabará com um direito conquistado com muita luta pelo servidor público, vai garantir um ganho no longo prazo ao Tesouro de cerca de R\$ 20 bilhões por ano, que podem ser destinados a áreas como saúde e educação. Mas neste aspecto não há ilusões: será mais dinheiro dos trabalhadores para fazer superávit primário e pagar os juros da dívida pública, que já consome quase metade do orçamento federal. No ano passado, foram mais de R\$ 640 bilhões, senhor presidente! É para este mesmo saco que vão os recursos desviados via DRU. E ainda tem a coragem de falar que “a conta da Previdência do funcionalismo não fecha”... Para manter essa cruel engrenagem funcionando, de quatro em quatro anos o Brasil passa por uma “Reforma da Previdência”, que historicamente tem como principais alvos os servidores públicos e os aposentados e pensionistas do funcionalismo. E a Reforma da Previdência do governo Duma está chegando! Os defensores do ajuste fiscal a todo custo se aproveitam da crise na Europa para forçar uma mudança totalmente desnecessária no nosso país. O deputado Ricardo Berzoini (PT/SP), relator do projeto na Comissão de Finanças e Tributação, foi rápido no gatilho: “Os impactos sociais das mudanças em tempos de crise são ainda piores. Não podemos correr esse risco”, ameaçou. Assim, o governo prefere manter a política econômica, preservar os agrados aos banqueiros e privatizar a Previdência Social do funcionalismo público, jogando para o capital financeiro - que está adorando a perspectiva de criação do maior fundo de previdência da América Latina - e colocando sob os riscos do mercado a renda dos servidores. O governo Dilma ignora assim as diferenças entre o funcionalismo e o setor privado e a importância de uma aposentadoria digna como estímulo para a qualificação do funcionalismo público brasileiro. Foi exatamente este o aspecto destacado pelo presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), Pedro Delaure Tolentino Filho, no debate feito aqui na Casa. O Sindifisco lembrou que, na iniciativa privada, os trabalhadores têm direito a FGTS e participação nos lucros, além da possibilidade de receber salários altíssimos. “Como vamos atrair as melhores cabeças se não tivermos um mínimo de atrativo?”, questionou. Enfim, senhoras e senhores deputados, vemos tempestades se aproximando. Enquanto os servidores lutam pela aprovação das PECs 555/2006 e 270/2008, que estão na Ordem do Dia para serem votadas e assim recuperarem direitos retirados dos trabalhadores, um ataque bem pior se coloca no horizonte. E

preciso reagir com vigor, para que os interesses do capital não prevaleçam novamente. O PSOL, que nasceu da luta contra a Reforma da Previdência durante o governo Lula, continuará firme nesta trincheira. Sigamos juntos! Muito obrigado.